

**HABEAS CORPUS Nº 491.679 - MG (2019/0030514-6)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE : ARMANDO BISPO DE PAULA**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : ARMANDO BISPO DE PAULA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado de próprio punho por **ARMANDO BISPO DE PAULA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se da inicial que o impetrante-paciente, atualmente, cumpre pena em regime fechado.

Em informações prestadas, às fls. 18-36, houve a juntada do v. acórdão em recurso de apelação, ao qual o eg. Tribunal negou provimento, restando assim ementado:

*"EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ABSOLVIÇÃO - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA - PALAVRA DA VÍTIMA EM CONSONÂNCIA COM OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS - CONDENAÇÃO CONFIRMADA - CONTINUIDADE DELITIVA - AFASTAMENTO - NÃO AUTORIZAÇÃO - REGIME INICIALMENTE FECHADO MANTIDO. Nos crimes contra a dignidade sexual, pela sua própria natureza, a palavra da vítima é de relevante importância, ainda mais quando corroborada por outros elementos de prova colhidos ao longo da instrução. Deste modo, devidamente comprovada a autoria e a materialidade delitiva do crime de estupro de vulnerável, não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas. Uma vez demonstrada a ocorrência de três delitos da mesma espécie, estando presentes as condições de tempo, lugar e modo de execução, impõe-se a conclusão de que deve ser mantido o reconhecimento da continuidade delitiva, sendo os delitos subsequentes havidos como continuação do primeiro. Tendo a pena privativa de liberdade sido fixada em patamar superior a oito anos, a imposição de regime inicialmente fechado para cumprimento da reprimenda possui arrimo no art. 33, §2º "a" do Código Penal."*

De outra monta, a insurgência atual é **em relação à execução da pena**. Daí o presente **habeas corpus**, no qual o impetrante-paciente pleiteia progressão de regime e saídas temporárias.

Afirma ser primário, ter cumprido o requisito objetivo e ter bom comportamento. Além disso, alega problemas de saúde: crises de asma.

Sustenta que não mais se exige o prévio parecer da Comissão Técnica de Classificação e o exame criminológico do reeducando para a instrução do pedido de progressão de regime, sendo suficiente, além do requisito temporal, a comprovação de bom comportamento carcerário emitido pelo Diretor do estabelecimento prisional.

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, para a imediata progressão de regime e determinação de saídas temporárias, sem a realização de exame criminológico. No mérito, a confirmação da liminar, com a concessão da ordem definitiva.

É o relatório.

**Decido.**

Na hipótese, ao menos **em sede de cognição in limine**, não se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente. Além disso, verifica-se que o **pedido liminar tem caráter eminentemente satisfativo**, devendo ser analisado na seara adequada, após a devida instrução do feito.

Nesse sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. DESCABIMENTO DO RECURSO.*

*[...]*

*2. Não se verifica excepcionalidade quando a tutela de urgência não é concedida em razão da satisfatividade da medida e da ausência, de plano, de demonstração da ilegalidade*

*manifesta, pairando sobre a agravante a acusação de integrar organização criminosa interestadual, voltada à narcotraficância.*

*3. Recurso não conhecido." (AgRg no HC 348.622/DF, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe 28/03/2016)*

**"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LIMINAR. NÃO CABIMENTO. AFASTAMENTO DA REINCIDÊNCIA. PRETENSÃO SATISFATIVA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.**

*[...]*

*2. Ademais, o afastamento da reincidência reconhecida pelas instâncias ordinárias constitui pretensão claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento do mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.*

*3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, do qual não se conhece." (RCD no HC 407.179/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 09/10/2017)*

Forte nessas razões, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, com urgência e via telegrama, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista à Defensoria Pública estadual.

Por fim, vista ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator